Açores: condições, possibilidades e divergências que levaram ao processo de emigração

Elis Regina Barbosa Angelo
UFRRJ/ CEDERJ-RJ

As primeiras observações acerca da problemática que levou ao fenômeno emigratório e às diversas migrações

OS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS que fizeram das ilhas açorianas um palco para grande número de saídas do país em diversas ondas emigratórias rumo à melhores condições de sobrevivência, advém de diversos fatores preponderantes, incluindo a geografia, o clima, as condições políticas e estruturais das ilhas e de sua organização, conforme apontam as pesquisas sobre as causas da emigração, pois, é um "facto generalizadamente reconhecido já que nele actuam estratégias de ordem individual e familiar balizadas em contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais específicos",[1] não podendo generalizar suas causas em tempos distintos, mas entendendo que algumas são particularmente recidivas.

Segundo depoimentos dos açorianos advindos em meados do século XX, além de todo esse arcabouço de problemas já especificados, as questões conjunturais advindas de problemas políticos do Pós-Guerra incluindo os alistamentos militares, também foram causas que levaram a esse fenômeno.[2]

Durante o período do Estado-Novo,[3] que iniciou-se em 1933 e por isso de relevância contextual para a compreensão de parte das saídas das Ilhas açorianas, algumas questões podem ser definitivas para a tomada de decisão dos sujeitos que almejavam melhores condições de vida.

1 ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX: a necessidade, a solução, a valorização.* Disponível em: <http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=50&idioma=PT>. Acesso em: 12 abr. 2009.

2 "O Pós-Guerra foi um período de crise em Portugal, em decorrência da queda das exportações que tinham sido estimuladas pelo conflito mundial (entre 1940 e 1943 a balança comercial de Portugal fora favorável). No âmbito político, houve pressões internas e externas para a redemocratização do país e para a libertação das colônias. Em 1945, foram lançados os manifestos pró-domocrático e pró-socialista e nasceu o movimento de Unidade Democrática. Várias revoltas militares irromperam e foram reprimidas no final dos anos quarenta" (LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 2001, p. 213).

3 O Estado Novo foi o regime político de cunho autoritário que vigorou em Portugal desde 1933, com a aprovação de uma nova Constituição, até 1974, quando foi derrubado pela Revolução do 25 de abril, também conhecido como II República por alguns historiadores. Ver MATOSO, José. *História de Portugal.* Vol 7 – *O Estado Novo (1926-1974).* Lisboa: Estampa, 1998.

No decorrer dos anos de 1950, os elementos que mais foram analisados por meio dos depoimentos e das pesquisas efetuadas discorrem sobre a ausência de emprego fundamentando a questão econômica e a fuga de possíveis alistamentos para a África, onde as colônicas estavam em constantes conflitos com Portugal. No entanto, os problemas financeiros eram os mais pontuais que causavam a repulsa em continuar no país, especialmente entre 1940 e 1950.[4]

Essa colocação não se refere apenas às áreas rurais do continente, mas das ilhas da Madeira e dos Açores, que viviam essas condições de vida com parcos recursos financeiros sem a possibilidade de ascensão econômica para as famílias que, na grande maioria arrendavam as terras one viviam.

Para a compreensão dos possíveis alistamentos para a África, frente à situação em que Portugal se encontrava nos anos de 1950, momento dessas vindas ao Brasil, ficam alguns questionamentos acerca das guerras na África e dos alistamentos, que de alguma forma também foram responsáveis na iniciativa de emigrar.

Ao elaborar uma nova história, muitos homens que vieram ao Brasil e emigraram a outros destinos demostraram seus descontentamentos frente à situação política, à questão da colonização e a pobreza instaurada em diversas camadas da população não eram compatíveis com seus anseios. E, Portugal enquanto um país que já vinha historicamente colonizando outros países, tentava no século XX manter a mesma trajetória de dominação e, algumas regiões da África e Ásia eram suas expectativas de ampliação territorial.

Portugal, que já tinha domínios na África e Ásia, começou a buscar a ampliação destes em outros espaços. Assim, acentuava a sua expansão territorial para o interior da África, com o intuito de garantir sua estabilidade junto às outras potências europeias. Ao manter os territórios na Índia, Macau e outros pontos específicos do antigo domínio colonial português na Ásia, diminuindo a cada instante, a África tornava-se outro ponto de honraria nacional. Os pontos-chave almejados eram Angola e Moçambique, além do expansivo território que as separava.[5]

A fim de garantir a colonização dessas regiões, guarnições militares, missões católicas, formas e instituições de governo colonial foram enviadas para a África, dessa forma seria assegurada a presença portuguesa nos locais afastando a possibilidade de concorrentes.

Portugal, após a Segunda Guerra Mundial, e contra o regime político em vigor, iniciou um processo forçado de descolonização da África. Em 1951, quando as circunstâncias políticas condenavam o colonialismo, efetivamente desanexou os territórios africanos. O Estado da Índia já teria sido perdido para a União Indiana e Timor-Leste invadido pela Indonésia no momento da Revolução dos Cravos, processo revolucionário que ditou o fim do Estado Novo e do colonialismo português.

---

4 "Nos decênios de 1940 e 1950 as condições de vida no meio rural luso deterioraram-se. Os grandes proprietários geralmente alugavam o solo ou entregavam a administração dos latifundiários a gerentes assalariados, o que representava obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, da criação e do abastecimento urbano" (LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 227).

5 COSTA, Rui Manoel Pinto. "Relações externas luso-germânicas: 1916 e o despertar de um conflito latente". *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 4, 2003, p. 101-125.

Frente a toda essa conjuntura política e econômica, a emigração[6] continuava espontaneamente nas décadas de 1950 e 1960. "Em março de 1954, a estimativa para o ano era de 35.000, segundo o coronel Antônio Manuel Batista, presidente da Junta de Emigração de Portugal. Essa cifra equivalia à de 1952, e era superior à de 1953 (29.000 pessoas)".[7]

A vinda dos açorianos se deu em muitos períodos históricos, mas encontrou na década de 1950 o maior número de adeptos em procurar trabalho na cidade de São Paulo que crescia vertigionosamente frente à ampliação no quadro industrial. As oportunidades de trabalho e no comércio trazia muitos potugueses para a cidade. Os que tinham algum fundo para investir acabaram abrindo seus negócios como é o caso das padarias, açougues, mercadinhos, quitandas, entre outros.

Das memórias motivacionais da emigração dos Açores, alguns depoimentos são enfáticos quando mencionam a necessidade de sair do país para não participar do Regime Salazarista, no que tange à participação das guerras que ocorriam nas colônias africanas. O serviço do exército chamava os açorianos para as colônias e isso favorecia as famílias a buscarem na emigração a saída para outros problemas advindos das necessidades econômicas, além das motivações de construção de uma vida melhor, com a possibilidade que o Brasil e outros países ofereciam aos imigrantes.

Quando questionados sobre os motivos de vinda ao Brasil, alguns depoimentos são enfáticos nessa questão de "fuga" dos serviços do exército.[8]

As conversas sobre o Brasil geravam nas famílias além de curiosidade muita esperança de uma vida melhor, com possibilidade de emprego, comprar uma casa, sair dos arrendamentos de terras dos Açores, além da fuga do exército. Algumas memórias dos tempos da emigração detêm elementos que enfatizam o anti-salazarismo, como é o caso de alguns dos depoentes[9] que, além de buscar novas

6 "A emigração portuguesa do segundo pós-guerra conheceu, fundamentalmente, dois pontos altos. O primeiro entre 1955-1956, tendo ainda o Brasil como principal destino. O segundo terá início em 1963-1964 e estende-se até 1973-1974, quando a crise econômica européia refreia a procura desenfreada da mão-de-obra não especializada dos países periféricos, iniciada cerca de dez anos antes. Esta segunda leva teve a Europa como principal destino e revestiu-se de uma particularidade: o enorme peso das saídas clandestinas. De Portugal saiu-se fundamentalmente das regiões a norte do Tejo e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira (...)" (MATOSO, José. *Op. cit.*, p. 374-375).

7 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 228.

8 "Olha, é porque eu escutava falar muito bem do Brasil e naquela época estava pra servir o exercito, já estava com 20, quase 21 anos. Tinha de viajar nas colônias, não é, a maioria era tudo pra lá. Então, acho que eu vou pro Brasil. (pensou) Recebi do meu tio a carta de chamada. Não sei se foi uma boa, ou se não foi, mas eu gostei de vir pra cá". Depoimento de Antônio Mendes Cardoso Sequeira. Biografia: nasceu em 08 de abril de 1941 na Ilha Terceira, Açores, Portugal. Concedeu a entrevista à Profa. Maria Aparecida Pascal na Casa dos Açores. Chegou ao Brasil em 1961. Veio sozinho com uma carta de chamada do Tio e passou a viver na Zona Leste da cidade.

9 "Um cunhado meu, irmão da minha esposa, ele chegou aqui para não ir para a África portuguesa. Eu tinha um irmão que mora lá na África colonial. Na Ilha de São Miguel, teve um ano que os jovens tinham que ir para Angola (...)". Depoimento de Luis Tavares Jacob nasceu em 12 de março de 1930 em Remédios da Bretanha, Ilha de São Miguel, Açores. Chegou no Brasil em 1956. Concedeu a entrevista à Prof.a Maria Aparecida Pascal em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores de São Paulo.

possibilidades de vida, já tinha uma postura político-ideológica que o afastava dos grupos com os quais convivia nos Açores.[10]

Quando rememoram os motivos da vinda ao Brasil traçam alguns direcionamentos comuns sobre os objetivos de emigração, a fuga do exército português na África Colonial onde Angola não se enquadrava em seus propósitos de vida.

No entanto, a maioria das famílias buscou durante toda a história dos Açores melhores condições financeiras, já que havia poucas possibilidades de ascensão econômica e, ao que se pode denominar de singular, as Ilhas dos Açores tinham em sua organização do Estado os estatutos político-administrativos, que as torna regiões políticas. Isso significa dizer que, são regiões autônomas formadas em territórios coletivos e dotados de autonomia política, administrativa e legislativa.

Portugal em tempos difíceis: a sociedade em perspectiva

Ao considerar o fato de que o Arquipélago dos Açores constituiu uma fonte importante de movimentos emigratórios para o Brasil e demais países, especialmente Estados Unidos e Canadá, além de reunir em sua gênese,[11] os processos migratórios na própria história da colonização construindo com isso uma perspectiva distinta de formação social.

Diante do período de 1950 a 1960, em que mais saídas foram efetivadas e registradas, comparadas ao período de colonização açoriana para o Brasil (1748-1756) – no qual houve grande número de contingentes emigratórios -, seja por conta do pós-guerra, seja por outras particularidades, têm-se uma trajetória de inspirações quase sempre advindas da questão econômica, tanto dos motivos de repulsão quanto dos de atração dos países escolhidos.

10 "Bom primeiro, a primeira fase, o primário, como todas as crianças… é comum o meio agrícola, não é? Então, a criança nasce ali, ajuda os pais, vai à escola primária, faz normal. Depois participei um pouco do comércio, como eu tinha a banca e entendia um pouco do comércio. Fiz até o 4º ano do Liceu e depois aos 18 anos eu tive que servir o exército, a questão é que na altura as colônias estavam rebelando-se contra o modelo, nem sei de todas as colônias, não é? E eu não me identificava com duas coisas: primeiro eu estava a favor da libertação das colônias e segundo eu estava contra o modelo ditatorial de Salazar e já começava a encontrar problemas no grupinho nosso do Liceu que a gente estudava e tudo mais e já estávamos sendo olhados com certa cautela, já tínhamos ligações que tinham que tomar cuidado com o que faziam. Daí, eu resolvi emigrar, só que não deixavam eu emigrar mais, porque eu estava com 18 anos e tinha que servir o exército. Aí tinha um amigo meu, que era um colega mais velho, que já tinha feito Liceu e fazia parte do grupo que estava no governo civil, me arrumou e eu vim como turista. Então em 30 dias eu tinha que voltar, eu saí como turista para o Brasil. No Brasil eu havia naquela altura, o que chamavam de Ministério do Exterior. Daí eu dei entrada com o pedido de imigrante aqui e isso levava um ano, um ano e pouco. Nesta altura tinha um aviso de Portugal que eu tinha que voltar então umas duas vezes por mês eu tinha que voltar. Aí por incrível que pareça, eu não sou Maçom, mas eu namorava uma moça que o pai era Maçon e a maçonaria aprovou, consertou as coisas e por incrível que pareça eu fui protegido pela maçonaria para ficar aqui e realmente se acomodou toda situação e estou até hoje." O Senhor Manoel Henrique Farias Ramos nasceu em 08 de maio de 1939 na Ilha Terceira nos Açores, chegou ao Brasil em 1957 e concedeu a entrevista em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores à Prof.a Maria Aparecida Pascal. Nesse momento do depoimento fala sobre a chegada ao Brasil e suas motivações pessoais.

11 Há crença de que o problema das diversas correntes emigratórias dos Açores esteja na gênese de seu povoamento. Ver AGUIAR, Cristóvão de. *Alguns dados sobre a emigração açoriana*. Coimbra: Vértice, 1976, p. 6.

Essa trajetória de muitos percalços que fizeram de Portugal um país autoritário por tanto tempo, tem sua origem nos problemas político-econômicos pelos quais o país atravessava, em especial após a 1 República,[12] com a consolidação do golpe de 1926, os portugueses, cansados de instabilidades e dos constantes golpes e contragolpes e demais fatos que vinham acontecendo com frequência, aplaudiram com entusiasmo e em grande número de indivíduos, a nova proposta de governo. Era o fim da derrocada "Primeira República Portuguesa".

A questão do novo governo recaía sobre a política partidária e ao parlamentarismo. Esse Regime, que em pouco tempo se passou, em desafio claro ao parlamentarismo democrático, a autodenominar como "Ditadura Nacional", foi sem dúvida, um regime militar progressivamente mais autoritário.

A fim de resolver a situação econômico-financeira, em 1928, o general Gomes da Costa, em nome do novo regime, convidou o professor António de Oliveira Salazar para assumir as funções de Ministro das Finanças. Assim que Salazar aceitou o cargo, prometeu um "milagre financeiro", a fim de equilibrar as finanças públicas, com suas primeiras ações conquistou um progressivo domínio sobre a estrutura política e militar do novo regime e, em 1932 foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro).

O nacionalismo em Portugal tinha como ideal um governo estabelecido, conservador e colonizador, capaz de "salvar" a economia que se encontrava em ruínas, surge então, o ditador Salazar, como esse homem "necessário" e imbuído dos aspectos relevantes para o cargo.

O então general Gomes da Costa iniciou suas ações dissolvendo o parlamento, alocado como responsável das causas de instabilidade política, e suspendeu as liberdades políticas e individuais. No entanto, o Novo Regime era instável porque o movimento militar não tinha projeto político definido e não conseguiu resolver os problemas econômicos. Dessa forma, iniciou-se mais uma vez um levantamento em meio à Primeira República Portuguesa. Esse ficou conhecido como o "golpe de 29 de maio de 1926", que originou o Estado Novo.[13]

O novo regime foi aplaudido por muitas "camadas" da população, que se encontravam descontentes com a conjuntura político-econômica que causava intensos problemas na sociedade de forma geral.

> O movimento produziu-se. Desencadeara-se o exército – as altas e médias patentes, cujo poder de compra estava reduzido à metade do que fora em 1910. Apoiaram-no: o alto e médio funcionalismo público, por idênticas razões; os bancos, o alto comércio e a grande indústria, agravados pela crise econômica e financeira, aterrorizados pelo surto do socialismo; o clero, decadente pela progressiva descristianização, ansioso por recuperar a influência perdida; parte da classe

12 A Primeira República Portuguesa, foi o sistema político que sucedeu ao Governo Provisório de Teófilo Braga, de 1910 a 1926. Instável devido a divergências internas entre os republicanos, teve um período de constantes convulsões desastrosas, em que funcionaram sete Parlamentos, oito Presidentes da República e 46 governos, fomentando o desgosto da sociedade portuguesa que via o país em constante e imutável crise.

13 O "Estado Novo", conhecido como Salazarismo, teve como fundador a figura de Antonio de Oliveira Salazar, conhecido como ditador das finanças, vigorou em Portugal por 48 anos numa Ditadura Nacional (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974).

> média das cidades, descontente com a crise econômica, saturada de instabilidade política e de ameaças revolucionárias; parte da "intelligentzia", desiludida com o decair dos ideais republicanos, atraída pela novidade do Integralismo. Com grande pano de fundo, a Nação agrária, a Nação conservadora, a Nação feminina.[14]

Surge então, António de Oliveira Salazar,[15] a grande figura do Regime autoritário de Portugal. Nascido na cidade de Vimieiro, Santa Comba Dão em 28 de abril de 1889 e falecido em Lisboa em 27 de julho de 1970, foi estadista, político português e professor catedrático da Universidade de Coimbra, além de exercer de forma autoritária e em ditadura, o poder político em Portugal entre os anos de 1932 e 1968, foi ainda ministro das Finanças entre 1928 e 1932.

O Estado Novo foi apresentado em princípio como um regime de reintegração de Portugal na realidade europeia, mas acabou ficando "isolado" por mudar as concepções ideológicas durante sua trajetória., seja porque não queria abandornar a Aliança Inglesa e também receava uma intensa ligação com os Estados "fascistas" durante a guerra. No entanto, Salazar tinha uma propensão a identificar-se com as ações dos países fascistas, o que ecoou nas entrelinhas que fecharam o seu período ditatorial.[16] Ficou evidenciado que o regime tinha sua base fundamentada nas ações autoritárias e não permitia intervenções da sociedade civil, pois:

> (...) baseava seu aparato repressivo nas forças armadas, na Polícia Interna e de Defesa do Estado (Pide), na Polícia de Segurança Pública (PSP), na Guarda Nacional Republicana (GNR) – unidades blindadas que combatiam as greves- e na Guarda Fiscal (aduaneira). Politicamente, o país era governado por uma Assembléia Nacional e uma Câmara Corporativa, ambas eleitas, mas só um partido existia legalmente, a União Nacional. Da Assembléia emergia um Conselho de Ministros, chefiado por Salazar. Havia também um presidente da República com poderes decorativos de Chefe de Estado (...)[17]

O lema do Salazarismo era: "Deus, Pátria, Família", no entanto, seguia a conjunção político-ideológica de duas vertentes: o catolicismo papal e as doutrinas do Integralismo Lusitano.[18] Em 1936,

---

14 TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 373.

15 Instituidor do Estado Novo (1933-1974) e da sua organização política de suporte, a União Nacional, Salazar dirigiu os destinos de Portugal, como Presidente do Conselho de Ministros, entre 1932 e 1968. Apoiando-se na doutrina social da Igreja Católica, Salazar orienta-se para um corporativismo de Estado autoritário, com uma linha de acção económica nacionalista assente no ideal da autarcia. Esse seu nacionalismo económico levou-o a tomar medidas de proteccionismo e isolacionismo de natureza fiscal, tarifária, alfandegária, para Portugal e suas colónias, que tiveram grande impacto sobretudo até aos anos sessenta.

16 TORGAL, Luís Reis. "O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa". In: TENGARRINHA, José (org.). *Op. cit.*, p. 399.

17 SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 56.

18 "O Integralismo Lusitano foi, sobretudo um movimento de novos e conquistou, sucessiva e progressivamente, a melhor

Salazar apresentou em discurso público a trilogia na qual era baseada a sua filosofia política: "Não discutimos a autoridade e o seu prestígio, não discutimos a família e sua moral, não discutimos a glória do trabalho e o seu dever".[19]

Nesse discurso percebe-se que a "crítica" e a "argumentação" estavam fora de cogitação, pois, deixava claro o sistema enérgico e antidemocrático do Salazarismo, no qual apenas o líder tinha voz e ação para toda e qualquer questão. A discussão não podia existir, não era dado ao "cidadão" o poder de discordar de suas ações e diretrizes para a "vida" que ele considerava correta a partir de suas dimensões de certo ou errado em termos comportamentais e fundamentados na Igreja, na educação/pátria e na família.

O catolicismo "moldado" na população fazia parte dos ideais de Salazar, que recebia da Igreja o aval para suas ações. A população seguia as "regras" estabelecidas porque sofria repressões ao lutar contra o sistema, ou pelo menos aqueles que tentaram lutar contra. No entanto, com toda essa "obrigatoriedade" religiosa é possível que tenham incorporado alguns traços, como é o exemplo da quantidade de católicos no país. Até os dias de hoje se mantém forte a imagem de um povo católico, segundo consta em muitas menções a Portugal.

No que concerne à Igreja, algumas considerações são imprescindíveis para analisar os valores embutidos no Salazarismo. Ao visualizar a quantidade de adeptos, Portugal parece ser o maior em números, em relação ao total da população. Esses números propiciaram uma compreensão dos condicionamentos geracionais que se mantiveram no país e as causas pelas quais a população se manteve a "mercê" do Regime segundo o condicionamento da trilogia de Salazar: "Deus, Pátria, Família."

Sem esquecer que na vida cotidiana estavam imbuídos das diretrizes do Salazarismo, que durante o Regime acabaram condicionados à trilogia, que deveria ser cumprida nos quatro cantos do país. As lições de Salazar definiam desde a primeira classe, os ordenamentos na formatação do indivíduo que ele pretendia, tendo a partir de princípios rígidos a essência de sua trilogia.

Considerações acerca da temática

Os problemas ocasionados nas colônias[20] fomentavam a busca por saídas da opressão e das guerras infindáveis travadas durante tanto tempo. Sobre essa questão, têm-se:

---

parte da juventude das escolas. A Junta Central era constituída por um verdadeiro escol cujo prestígio moral e intelectual se radicou muito cedo. O ardor das suas convicções, o seu entusiasmo irresistível e até a sua mocidade empolgaram as novas gerações que abraçaram fervorosamente as ideias integralistas. Era nelas principalmente que se iam recrutando novos adeptos, ao mesmo tempo em que se formavam vontades e inteligências, que faziam de cada novo integralista um apóstolo (...)" (ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano.* Versão digital da edição de 1943 das "Edições Gama", p. 21-22. Disponível em: <www.causanacional.net>. Acesso em: 20 jul. 2009.

19 SALAZAR. *Discursos e notas políticas.* Vol. II. Coimbra, 1945 *apud* TENGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa hoje.* São Paulo: Hucitec, 1999, p. 215.

20 O termo "colônias" tinha longa trajetória em Portugal. Era usado desde o século XVI, quiçá antes. Em 1663 passou-se a usar também o termo "províncias do ultramar", termo que conviveu com a palavra "colônias" até 1926, quando os territórios de além-mar passaram a ser chamados apenas de "colônias"... A partir de 1951, Salazar passou a empregar

> Nas colônias, a situação piorava continuamente desde 1960 com o surgimento dos movimentos de libertação nacional e da luta armada (guerra das guerrilhas), que efetivamente teve início em Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964)... A capacidade de revolta dos colonizadores era grande. Em 1959, os colonizadores portugueses reprimiram a revolta do povo maubere, do Timor Leste. Em 1960, os macondes, do norte de Moçambique, também foram rechaçados. Em Angola, ainda nesse ano, Agostinho Neto foi preso e, na seqüência (setembro), a população do Catete foi atacada. Um mês depois, os primeiros levantamentos populares, na baixa de Cassange, foram reprimidos, com um prejuízo de centenas de vidas perdidas. Estava criada a base social e política para o início das ações guerrilheiras contra Salazar e sua política colonizadora.[21]

Com as sucessivas repressões nas colônias e as sequências catastróficas pontuadas, aumentava o número de adeptos à descolonização e o fim das guerras travadas na África. Cada vez mais foram surgindo pessoas que insatisfeitas com todo processo ditatorial, iam à busca de liberdade e novas ideias para o país.

> Em Portugal, um fascismo longevo, imperialista e colonialista, encontrou sua agonia militar num conjunto de factores endógenos e exógenos ao regime, em que os primeiros fatores foram os mais importantes. A condenação geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos países democráticos ao colonialismo lusitano, a insatisfação dos militares com os combates na África, a desmoralização progressiva das Forças Armadas, que recebiam a culpa pelos insucessos do regime, a insatisfação popular e as demandas corporativas dos militares se somaram. O Império ruía. E ao se desmanchar dava seus últimos e mais pungentes golpes (...). (...) Foram os grupos políticos civis que levaram as diferentes facções militares a aprofundar suas convicções ideológicas. Isso explica que, na dinâmica revolucionária e contra-revolucionária posterior ao golpe de 25 de Abril, os grupos civis tiveram uma importância inversamente proporcional àquela que tiveram antes do golpe, quando nem souberam com antecedência dos preparativos técnicos.[22]

Depois de tanto tempo como chefe do Governo, Salazar que nunca saiu (das terras) do seu território para pisar em território africano, sem realmente conhecer as colônias adoeceu em 1968, quando deixou para Marcelo Caetano a resolução dos problemas do regime até 1974.

---

oficialmente, a designação de "províncias do ultramar" ante as críticas que sofria fora do país. Assim, podia defender-se com a ideia de que as antigas colônias eram parte integrante de Portugal (SECCO, Lincoln. *Op. cit.*, p. 61).

21 *Ibidem*, p. 101.

22 *Ibidem*, p. 106; 111.

Foi então que, em meio às contestações militares criou-se o Movimento das Forças Armadas (MFA) que derrubou o regime de Salazar. Assim, a Revolução dos Cravos, que ocorreu no dia 25 de abril de 1974 iniciou uma nova página da história de Portugal, trazendo novas possibilidades aos que tinham esperança de criar um novo país.

Os que saíram em busca de novas oportunidades ficaram esperançosos por aqueles que conquistaram o fim da "ditadura" de Salazar. A Revolução dos Cravos foi para os portugueses um novo começo de suas histórias. Surge então um novo cenário, no qual os emigrantes já não tinham mais acesso, seus compatriotas, amigos e até familiares que nas Ilhas ficaram sentiram as reações desta enfática data. Para eles uma página foi virada, e com isso iniciava-se outra história.

A partir da vinda para o Brasil uma nova vida se organiza e a partir daí os caminhos são trilhados de forma a reorganizarem espaços de memória, como é o caso da Casa dos Açores de São Paulo, palco de identificação por meio das festas religiosas que foram as responsáveis pela reconstrução das identidades açorianas na cidade.

A memória de alguns protagonistas desta história podem ser representadas conforme suas visões da história comum, do trajeto e inserção na história de uma nova cidade, um novo país.

> O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um "narrador privilegiado" da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda / possui as "marcas" do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o "colecionador" dos objetos materiais que encerram aquela memória.[23]

Das memórias fazem parte os instrumentos e objetos que de alguma forma dizem algo sobre o passado, individual ou coletivo, eles são dotados de marcas que falam por si. Os passaportes, as imagens de propaganda, as cartas, os depoimentos sobre o passado se inserem num contexto capaz de falar sobre o tempo, sobre os fatos e atos que trouxeram para a atualidade visões distintas da história até então narrada e critalizada pelos documentos oficiais.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Cristóvão de. *Alguns dados sobre a emigração açoriana*. Coimbra: Vértice, 1976.

COSTA, Rui Manoel Pinto. "Relações externas luso-germânicas: 1916 e o despertar de um conflito latente". *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 4, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. "A guardiã da memória". *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

23 GOMES, Ângela de Castro. "A guardiã da memória". *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1/2, jan./dez. 1996, p. 7.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MATOSO, José. *História de Portugal.* Vol 7 – *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Estampa, 1998.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.

TEGARRINHA, José (coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

TORGAL, Luís Reis. "O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa". In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

Documentos eletrônicos

ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Versão digital da edição de 1943 das "Edições Gama", p. 21-22. Disponível em: <www.causanacional.net>. Acesso em: 20 jul. 2009.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização*. Disponível em: <http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=50&idioma=PT>. Acesso em: 12 abr. 2009.

Depoimentos orais

Depoimento de Antônio Mendes Cardoso Sequeira. Nasceu em 08 de abril de 1941 na Ilha Terceira, Açores, Portugal. Concedeu a entrevista à Profa. Maria Aparecida Pascal na Casa dos Açores. Chegou ao Brasil em 1961. Veio sozinho com uma carta de chamada do Tio e passou a viver na Zona Leste da cidade.

Depoimento de Luis Tavares Jacob. Nasceu em 12 de março de 1930 em Remédios da Bretanha, Ilha de São Miguel, Açores. Chegou no Brasil em 1956. Concedeu a entrevista à Prof.a Maria Aparecida Pascal em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores de São Paulo.

Depoimento de Manoel Henrique Farias Ramos nasceu em 08 de maio de 1939 na Ilha Terceira nos Açores, chegou ao Brasil em 1957 e concedeu a entrevista em 23 de outubro de 2006 na Casa dos Açores à Prof.a Maria Aparecida Pascal.